

# **Apresentada no Congresso, Constituição do Orgulho dá luz às leis existentes que deveriam proteger a comunidade LGBTQI+**

*Projeto lançado pela Comissão de Diversidade da OAB SP leva cores da bandeira LGBTQI+ à Constituição Brasileira para dar visibilidade aos direitos violados em crimes de LGBTQfobia*

**(Comissão da Diversidade de Gênero da OAB-SP | 28/06/2020)**

Com mais de 20 milhões de pessoas, o Brasil tem uma das maiores populações LGBTQI+ do mundo - quase 10% da população total. Porém, somos o país com pior índice de violência contra esse público, registrando a morte de uma pessoa a cada 19 horas. Mesmo com a aprovação do Supremo Tribunal Federal do projeto de Lei que classifica a homofobia como crime, em 13 de junho de 2019, de lá para cá, o cenário não apresentou nenhuma melhora. Segundo pesquisa do jornal Folha de S. Paulo, 92,5% da população LGBTQI+ indica que a violência aumentou.

Visando reforçar o compromisso do poder público em proteger seus cidadãos e a soberania da Constituição Brasileira, a Comissão de Diversidade da OAB SP (Ordem dos Advogados do Brasil) apresenta a Constituição do Orgulho. Criado pela agência Sunset DDB, o projeto usa o design e as cores da bandeira LGBTQI+ para destacar que a Constituição já possui diversos direitos que deveriam protegê-los, mas que são desconhecidos - e principalmente violados - por boa parte da população e do poder público.

A iniciativa convidou advogados da Comissão da Diversidade da OAB SP para encontrar e ressaltar tais direitos com as cores da bandeira LGBTQI+, cada uma indicando um tipo diferente de crime - agressão, injúria e difamação, violência psicológica, violência institucional, violência sexual e homicídio. O

resultado deu origem à uma edição especial da Constituição, colorida e com design exclusivo, que inspirou o novo projeto de lei do Deputado Federal David Miranda (PSOL), que será apresentado em Brasília na próxima quinta-feira, 2 de julho, solicitando que 30% dos livros das cópias da Constituição Brasileira sejam impressas com essas cores.

Em tiragem limitada, cópias físicas foram produzidas e distribuídas para influenciadores, militantes da causa e ícones de destaque na luta contra a LGBTQfobia. Ampliando o acesso à população em geral, o projeto também foi 100% disponibilizado online para *download*, com ferramentas e recortes que facilitam o compartilhamento de trechos e artigos específicos pelas redes sociais.

“É fundamental garantir os direitos dos cidadãos sem distinção, assim como assegurar que sejam cumpridos. Por isso, o objetivo desta ação é não apenas colocar luz à importante questão social, como também levar conhecimento sobre os direitos e deveres assegurados pela Constituição brasileira”, pondera Marina Ganzarolli, presidente da Comissão da Diversidade da OAB SP.

“A Constituição do Orgulho está colorindo direitos que já estão previstos há muito tempo na legislação, mas que são invisíveis para muita gente. Mais do que criar leis que defendam a comunidade LGBTQI+, é necessário que a Constituição existente seja conhecida e honrada para esse público, assim como para qualquer brasileiro. Essa edição especial da Constituição quer dar visibilidade a esses direitos fundamentais”, destaca Filipe Rosado, redator da Sunset DDB.

Para ter acesso à Constituição do Orgulho basta acessar o site [constituicaodoorgulho.com.br](http://constituicaodoorgulho.com.br) e acompanhar o conteúdo. Por lá, é possível baixar a constituição, navegar pelos diferentes crimes sofridos pela comunidade LGBTQI+ - indicados pelas cores da bandeira - e compartilhar via redes sociais alguns dos principais tópicos e trechos da legislação, dando mais voz e conhecimento à causa.

---

# “Meu corpo fala”, diz mulher trans que conquistou vaga no mundo corporativo

Yasmin Vitória não se esconde mais. E como poderia? Em seu portfólio profissional, ela ressalta de antemão que é uma mulher transgênero, negra e periférica. “Se esses marcadores sociais foram fatores da minha exclusão no passado, hoje são dois marcadores que mostram como foi possível chegar onde cheguei”, diz.

[\(Universa, 28/11/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Há um ano e meio, Yasmin foi contratada para trabalhar frente à frente com clientes de uma empresa da tecnologia em São Paulo. Neste ano, também tornou-se a cara de uma campanha em prol da diversidade do LinkedIn, rede social voltada para o mundo corporativo.

De acordo com a plataforma, apenas 25% dos profissionais LGBTs já tocaram no assunto com um colega de trabalho. Outros 25% nunca falaram de identidade de gênero e orientação sexual a ninguém. Os dados mostram um desconforto dos LGBTs no mercado de trabalho: 58% dos heteros entrevistados sabiam da existência de um colega LGBT, a pessoa falando sobre isso ou não.

Não à toa, Yasmin faz parte de um movimento encabeçado por empresas de dar oportunidades a mais funcionários LGBTs, negros, PCDs e criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e respeitoso. Em processo de transição, Yasmin fez a entrevista na Salesforce. Ainda não tinha retificado o nome.

A vaga não pedia por uma pessoa LGBT. Mas quando foi convidada a juntar-se ao time, a empresa já tinha preparado uma estrutura para resolver

questões burocráticas importantes para Yasmin, como confeccionar crachás e assinaturas de e-mail com o nome social.

## **‘Não fico só nos bastidores’**

Outra novidade é a de que ela iria dar a cara. “Não fico apenas nos bastidores. Também conduzo reuniões com clientes”, diz. Claro, isso desperta reações. “Meu corpo fala primeiro. Na maioria das vezes, não preciso nem abrir a boca. Isso destrava emoções em quem me conhece.”

Para chegar ao trabalho, ainda é preciso enfrentar um trajeto de mais 1 hora para sair da periferia de Interlagos, na zona sul da cidade, até região da Berrini, bairro povoado pelo mundo corporativo paulistano.

“Vivo em dois mundos. Quando olho pela janela da minha casa, vejo uma realidade nua e crua. Quando vou ao trabalho, vejo outro estado, de grande prestígio. A realidade que vivo enquanto trabalho não é a mesmo. São dois mundos”, diz.

O próximo passo na vida é formar-se em Administração. Yasmin está no último semestre do curso.

*A gente que é minoria não pode chegar a um determinado ponto da carreira e esquecer quem é. O mercado ainda não foi configurado a pessoas como nós. Quando me coloco como trans negra, eu mostro ao mercado, que ainda é racista e homofóbico, sobre um monte de pessoas que ainda estão em busca de oportunidade para chegar onde eu cheguei.*

*Por Marcos Candido*

---

# O que as empresas precisam fazer para garantir a presença e a permanência de pessoas trans em suas equipes

*Iniciativas de inclusão no mercado formal ainda são tímidas, mas ganham cada vez mais espaço*

[\(O Globo, 10/09/2019 - acesse no site de origem\)](#)

A tendência é mundial. Cada vez mais corporações passam a entender a [diversidade como capital](#) , capaz de enriquecer e trazer novas soluções para as empresas, seus serviços e produtos. Mas esse movimento abarca todas as letras dentro da sigla LGBT? Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), não.

A ONU reconhece que a última década trouxe avanços, mas considera as iniciativas de inclusão ainda escassas e incapazes de contemplar toda a população [LGBTI+](#) . A mais vulnerável ainda é a [população trans](#) , que encara uma série de obstáculos para chegar e, depois, para se manter dentro do mercado de trabalho formal.

Não há um dado oficial, mas um levantamento feito pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) estima que apenas 4% das mulheres travestis e transexuais têm empregos formais com fluxo de carreira. Ainda segundo a pesquisa, 90% delas estão na prostituição.

Essas mulheres vivenciam uma [sequência de exclusões](#) ao longo da vida, afirma a advogada e administradora Giowana Cambrone. Na infância e na adolescência, há uma ruptura de laços familiares e afetivos, quando muitas são expulsas de casa. O processo pedagógico dentro da escola também não as acolhe, elas não conseguem ter formação profissional e acabam tendo a prostituição como algo compulsório, explica.

Giowana presta consultoria sobre diversidade sexual para empresas e, informalmente, tem feito a ponte entre as que estão buscando profissionais transgênero para compor seus times e as pessoas trans que têm interesse em uma vaga no mercado formal.

— Por ser uma [mulher trans](#) e por entender que essa é a população mais vulnerabilizada da sopa de letrinhas do movimento LGBT, eu falo muito dessa realidade. As empresas têm se sensibilizado. Há uma tendência mundial das corporações, entendendo a diversidade como um capital, que enriquece e traz novas soluções. Nesse caminho, elas têm percebido que podem contratar pessoas trans.

Foi através dela que Manuela Menandro ficou sabendo de uma vaga de auxiliar de produção na Bayer, se inscreveu e, aos 27 anos, conseguiu o seu primeiro emprego de carteira assinada. Ela é uma das duas primeiras mulheres trans a serem contratadas para atuar na linha de produção da fábrica da empresa em Belford Roxo, na Baixada Fluminense.

Até começar na Bayer, Manuela vivia de frilas e bicos como produtora cultural, mas as contas nem sempre fechavam no final do mês. Quando a oportunidade de uma vaga formal surgiu, ela decidiu se candidatar. Mas o fez porque sabia que tinha chance, pois a empresa se anunciava disposta a contratar pessoas transgênero. Ela diz já ter perdido a conta de quantos currículos enviou sem nunca receber resposta.

Há um mês na empresa, ela trabalha em um ambiente quase exclusivamente masculino e conta que temia sofrer, além do machismo, muita transfobia. Porém, se surpreendeu com uma recepção positiva de toda a equipe.

— Nos primeiros dias, fiquei muito nervosa. É um trabalho cansativo, demanda força e rapidez. Achei que ia sofrer muita transfobia, para além do machismo. É um meio extremamente masculino e branco. Mas, por incrível que pareça, estou tendo uma recepção positiva — conta a auxiliar de produção. — A importância para mim é a oportunidade da inclusão. São pessoas que nunca tiveram a oportunidade de lidar com uma pessoa trans, não conheciam ninguém. Acho que esse contato é muito positivo — completa. — Por ser algo novo, um tema e uma população tão envolvida em tantos tabus, que você tem medo do que falar, do que fazer, como ser chamada ou

chamado, qual banheiro usar, a instituição precisa fazer uma sensibilização dos outros colaboradores para evitar que essas pessoas passem por qualquer situação vexatória — afirma Cambrone.

Nesse sentido, antes de receber as novas funcionárias, a empresa fez uma espécie de treinamento com toda a equipe, explica Aline Félix, especialista em Diversidade e Inclusão da Bayer.

— Treinamos os líderes e as equipes para receberem elas. Esse treinamento envolve desde explicar o básico, como o que é identidade de gênero e orientação sexual, explicar quem são essas pessoas. É um processo educativo para que elas sejam incluídas e respeitadas — afirma.

— Eu tenho que garantir que as pessoas tenham a primeira experiência de integração muito positiva. E, depois, tenho que monitorar o que realmente está acontecendo, mas isso tem que ser tratado da forma mais natural possível, para que a pessoa não se sinta objeto de estudo. Quando a gente percebe que a inclusão está acontecendo, saímos de cena. Mas há um grupo de afinidade que fica à disposição para qualquer problema — completa a diretora de Inclusão e Diversidade da empresa, Aline Cintra.

A previsão é que outras quatro mulheres trans entrem na equipe de Belford Roxo em breve, conta Aline. Atualmente, a Bayer tem, ao todo, cerca de dez funcionários transgênero e mantém oito comitês de diversidade, um para cada unidade da empresa no país.

## **‘Se a cultura não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede pra sair’**

Além da sensibilização, a contratação de pessoas trans exige também um acompanhamento constante e uma transformação cultural da empresa, afirma Maite Schneider, co-fundadora da TransEmpregos, agência que reúne currículos de profissionais transgênero e divulga vagas inclusivas por todo o Brasil.

— As [ações afirmativas](#) têm que ter um acompanhamento constante e é

preciso tornar efetivamente a cultura da empresa mais inclusiva. Se você enfiar diversidade e a cultura da empresa não for inclusiva, a diversidade é expulsa ou pede para sair — afirma.

Aline Cintra, da Bayer, reforça o coro:

— A inclusão tem que ser uma postura que a empresa tem como cultura, de não admitir comportamentos preconceituosos. É preciso ter isso como um valor da organização. Tem situações em que não dá mais para ser tolerante.

A TransEmpregos mantém convênio com 347 empresas atualmente. A maior parte são multinacionais, mas cresce a procura por profissionais trans nas médias e pequenas empresas, startups e fintechs, conta Maitê. Ela revela que até mesmo ramos tidos como conservadores, como instituições financeiras, seguradoras e escritórios de advocacia têm demonstrado abertura para a inclusão de pessoas transgênero em suas equipes.

## **Processo seletivo precisa ser inclusivo**

A co-fundadora da TransEmpregos explica que o foco não são vagas exclusivas para pessoas trans, mas inclusivas, para que elas possam ser analisadas pelo RH das empresas sem sofrer preconceitos e discriminações por conta de sua [identidade de gênero](#). A iniciativa funciona como uma ponte, para que profissionais e empresas se conectem.

Foi por meio de um convênio firmado com a TransEmpregos no ano passado que a Ecopistas, concessionária que administra rodovias no estado de São Paulo, passou a receber mais currículos de candidatos transgênero. Também em 2018 foi criado um comitê de diversidade no Grupo EcoRodovias, que controla a empresa. Antes disso, os currículos destes profissionais dificilmente apareciam nos processos seletivos.

— Existe uma dificuldade de encontrar pessoas trans qualificadas para ocupar determinadas vagas, em função de toda a exclusão vivenciada por essas pessoas ao longo da vida. Às vezes, elas nem se candidatam a uma vaga, pois se sentem constrangidas porque não tem nome retificado nos documentos. O processo seletivo pode ser algo meio traumático. Então é



importante que as empresas apontem essa receptividade ao divulgar as suas vagas — afirma a advogada Giowana Cambrone.

Ela ressalta que, embora as iniciativas de inclusão ganhem cada vez mais força, elas ainda são tímidas e muitas vezes restritas a vagas com salários mais baixos.

## **‘Capacidade profissional não tem gênero’**

No ano passado, três profissionais trans foram contratadas pela EcoPistas. Entre elas, está Priscylla de Moura, que retornou ao mercado formal de trabalho depois de mais de duas décadas, aos 49 anos. Desde agosto, ela atua como operadora de pedágio no trecho da rodovia Ayrton Senna que é administrado pela concessionária.

Priscylla conta que teve alguns empregos com carteira assinada antes de passar por seu processo de transição. Mas, como não podia expressar sua real identidade no ambiente profissional, saiu do mercado formal e, como acontece com muitas mulheres transexuais e travestis, encontrou na prostituição uma forma de ganhar a vida.

— Eu poderia fazer uma série de coisas melhor no trabalho se pudesse ser eu mesma. Depois de um tempo, cansei de ficar fingindo. Aí fui para a noite — afirma.

No ano passado, com o apoio da Subsecretaria de Políticas da Diversidade da Prefeitura de Guarulhos, na Grande São Paulo, conseguiu fazer a prova para obter o certificado de conclusão do ensino médio, que não pode terminar na juventude, e fez a retificação dos seus documentos de identificação. Na sequência, conseguiu o novo emprego. Ela conta que a ausência do diploma e a documentação antiga eram alguns dos fatores que a mantinham fora do mercado formal, o primeiro por ser uma exigência comum das empresas; o segundo porque temia passar por algum constrangimento por não ter o RG com o nome retificado.

— Estava buscando uma estabilidade financeira, previdência. Todos esses aspectos contam para minha felicidade. É um emprego modesto, mas ele me traz esses benefícios.

Ela comemora a recepção que tem tido no seu retorno ao mercado formal, depois de mais de 20 anos. Segundo a Ecopistas, houve sensibilização dos colaboradores para o assunto e treinamento para as equipes de recrutamento e seleção.

— Acredito que tudo está mudando para melhor. Ainda é difícil para nós, muitas ainda são marginalizadas, mas melhorou muito. A empresa me deu a oportunidade de mostrar para mim mesma que eu sou capaz. A capacidade profissional de uma pessoa não está no seu gênero — completa.

*Por Leda Antunes*

---

## **Discriminação aumenta risco de jovens LGBTI irem morar na rua, dizem relatores**

*Relatores da ONU alertaram nesta semana que jovens LGBTI correm riscos mais altos de viver em situação de rua devido à rejeição familiar e à discriminação na escola. Uma vez desabrigadas, essas pessoas podem ter outros direitos humanos violados, além de ter chances maiores de desenvolver problemas de saúde mental.*

*“Como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão*

*socioeconômica”, ressaltaram Victor Madrigal-Borloz e Leilani Farha.*

**(Nações Unidas Brasil, 13/08/2019 - acesse no site de origem)**

Por ocasião do Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto, relatores da ONU alertaram que [jovens LGBTI](#) correm riscos mais altos de viver em situação de rua devido à rejeição familiar e à discriminação na escola. Uma vez desabrigadas, essas pessoas podem ter outros direitos humanos violados, além de ter chances maiores de desenvolver problemas de saúde mental.

“Como resultado da intolerância religiosa e cultural, que pode incluir violência sexual e de outras formas, as jovens lésbicas, os jovens gays, bissexuais, trans e de gênero diverso em todo o mundo enfrentam exclusão socioeconômica”, ressaltaram Victor Madrigal-Borloz e Leilani Farha.

Os dois especialistas explicaram que essa exclusão pode ser vivida pela juventude LGBTI nos lares e nas comunidades onde moram. “A reprovação familiar e os castigos podem forçá-los a sair de casa — o que os torna mais vulneráveis a ainda mais violência e discriminação, um fator que se agrava com a idade e com a dependência econômica e a confiança em redes familiares e comunitárias.”

Segundo os relatores, “isso explica por que os jovens LGBT estão sobrerrepresentados em populações que sofrem com situação de rua e por que, uma vez sem moradia, eles sofrem discriminações adicionais”.

Os especialistas acrescentaram que a falta de moradia pode ser a consequência de outros episódios de discriminação, como o preconceito em ambientes de ensino.

“Na escola, muitos jovens LGBT sofrem bullying, o que resulta em taxas de abandono que são mais altas do que a média e tem consequências severas, de longo prazo, para o seu projeto de vida. Os jovens LGBT têm menos probabilidade de ter níveis educacionais e habilidades para encontrar emprego e alcançar segurança econômica, o que, por outro lado, afeta a sua oportunidade de encontrar moradia adequada”, ressaltaram Lelani e Madrigal-Borloz.

De acordo com os relatores, um estudo recente revela que quase dois terços dos jovens LGBT em situação de rua já tiveram problemas de saúde mental. Estudos sugerem que essa população tem mais chances de relatar casos de depressão, transtorno bipolar e tentativas de suicídio.

“Eles (os jovens LGBT) também têm menos probabilidade de ter acesso a cuidados de saúde e estão extremamente vulneráveis ao uso abusivo de álcool e drogas”, afirmaram os especialistas.

A dupla lembrou que, de acordo com o direito internacional de direitos humanos, os países têm a obrigação imediata de assegurar o direito a habitação e combater, de forma efetiva, a falta de moradia.

Conforme previsto pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS), governos também precisam identificar e enfrentar as causas estruturais da situação de rua, a fim de eliminar essa violação de direitos até 2030.

“Dentro desse contexto, as medidas adotadas pelos governos nacionais e locais precisam impedir que os jovens LGBT se tornem moradores de rua, garantir que as políticas e programas de habitação sejam inclusivos para as pessoas LGBT e abordar as necessidades dos jovens LGBT”, completaram os relatores.

Victor Madrigal-Borloz é especialista independente da ONU sobre proteção contra a violência e a discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

Leilani Farha é relatora especial da ONU sobre o direito a moradia.

---

## **Senado aprova extensão da Lei**

# Maria da Penha para mulheres transgênero e transexuais

*CCJ da Casa aprovou projeto em caráter terminativo; se não houver recurso ao plenário, texto segue para Câmara*

**[\(Folha de S.Paulo, 22/05/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado aprovou nesta quarta-feira (22) um projeto de lei que coloca mulheres transgênero e transexuais sob proteção da Lei Maria da Penha.

O texto foi aprovado em caráter terminativo e, se não houver recursos ao plenário do Senado, segue para a Câmara.

“Embora o foco inicial tenha sido a proteção da mulher, é cediço que o ordenamento jurídico deve acompanhar as transformações sociais. Nesse contexto, entendemos que a Lei Maria da Penha deve ter o seu alcance ampliado, de modo a proteger não apenas as mulheres nascidas com o sexo feminino, mas também as pessoas que se identificam como sendo do gênero feminino, como é o caso de transexuais e transgêneros”, argumentou o ex-senador Jorge Viana (PT-AC), que apresentou o projeto em 2017.

“Estamos falando de conferir a proteção especial da Lei Maria da Penha a pessoas que se enxergam, se comportam e vivem como mulheres, e que, da mesma forma que as que nascem com o sexo feminino, sofrem violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral por parte de parentes, companheiros ou conviventes”, ponderou Viana.

Relatora da proposta na CCJ, a senadora Rose de Freitas (PODE-ES) argumentou em seu parecer favorável ao texto que “temos que efetivamente é chegado o momento de enfrentar o tema pela via do processo legislativo, equiparando-se em direitos todos os transgêneros, através da sugerida alteração da Lei Maria da Penha”.

A proposta de alteração na legislação é simples e diz que o artigo 2º da Lei

Maria da Penha passa a informar que “toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”.

*Daniel Carvalho*

---

## **Por que não reconhecer Lourival Bezerra como homem trans é falha institucional**

*Corpo de Lourival está parado no IML há mais de 3 meses após ser identificado como “uma pessoa do sexo feminino”.*

**[\(HuffPost Brasil, 06/02/2019 - acesse no site de origem\)](#)**

Um homem trans que morreu em outubro passado e cujo corpo está no Instituto Médico Legal (Imol) do Mato Grosso do Sul há mais de 3 meses por estar sendo tratado pelas autoridades locais como “uma pessoa do sexo feminino” deve ter sua identidade trans reconhecida, defendem especialistas.

O caso de Lourival Bezerra de Sá, que morreu aos 78 anos, foi [revelado pelo programa Fantástico, da TV Globo](#), no último domingo (3).

Para especialistas ouvidos pelo HuffPost Brasil, considerar que Lourival não é um homem trans e acusá-lo de uma suposta falsidade ideológica pode ser entendido como um ato de falha institucional e passa a mensagem de que ser transexual é ser uma mentira.

Lourival foi vítima de um infarto fulminante. Ao chegar ao serviço de

verificação de óbito, o médico legista identificou que ele tinha um corpo de mulher. A divergência de gênero e a falta de documentação estariam impedindo o enterro.

Amigos, vizinhos e até mesmo filhos adotivos entrevistados pelo programa disseram que não sabiam que Lourival era um homem trans. Segundo o Fantástico, foi encontrado apenas um CPF em nome de Lourival. Os demais documentos ele alegava ter perdido.

“Não é nem uma questão de falta de informação [de Lourival sobre o processo de mudança para o nome social]. Não havia nem a possibilidade da retificação do registro até pouco tempo”, afirma a doutora em psicologia social Jaqueline Gomes de Jesus.

Somente em março de 2018 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de pessoas trans retificarem seu registro civil sem necessidade de cirurgia de redesignação sexual, avaliação psicológica ou processo judicial.

“A pessoa viveu a vida inteira com uma identidade masculina. Para quem tem o mínimo de conhecimento sobre a existência de pessoas trans, é óbvio que ele era um homem trans. Ainda mais considerando a idade dele. Você entende que ele não tinha condições de buscar um reconhecimento civil”, explica a doutora em psicologia social Jaqueline Gomes de Jesus.

A delegada do caso, Christiane Grossi, afirmou também ao Fantástico que ele somente tomava banho com as portas do quarto e do banheiro trancadas, que usava faixas para esconder os seios e que nem mesmo a cuidadora, com quem ele vivia há mais de 40 anos, era autorizada a lhe dar banho.

Gomes de Jesus considera que há uma falha institucional que impede que Lourival tenha sua identidade reconhecida e que ele seja enterrado de maneira digna. “Pelo fato de não ter documentação, estão há meses com o corpo no IML. Há uma falha nas instituições para lidar com esse corpo”, avalia.

Para a pesquisadora, a própria decisão do STF pode ser usada pelas instituições policiais que cuidam do caso para reconhecer a verdadeira identidade de Lourival, para que ele possa finalmente ser enterrado.

“Ele sabia quem ele era. E vivia como tal, possivelmente sem muita teorização. Mas as instituições não aceitavam a existência dele”, afirma.

“Imagina uma pessoa trans, no interior, em um País em que a Justiça é cara. Era um senhor de 78 anos. Ele poderia até tentar fazer a retificação agora, mas criou toda uma vida não tendo que dizer isso para as pessoas, não tendo que expor a sua identidade de gênero”, completa.

*Na época não havia como, não se discutia esse tema. Era tabu, tudo era visto como homossexualidade.*

*Alexandre Saadeh, do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital das Clínicas da USP*

O psiquiatra Alexandre Saadeh, que coordena o Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital das Clínicas da USP, rejeita a teoria de que Lourival “enganou” seus familiares e amigos.

“A mensagem que isso passa para a sociedade é que ser transexual é viver uma mentira. E não é. É uma necessidade da pessoa. É a verdade dela. Mentiroso é a gente forçar essa pessoa a viver de uma determinada maneira que não é a dela e que não tem nada a ver com a gente”, critica.

O médico avalia que, como Lourival já vivia sua identidade masculina há mais de 50 anos, fez a sua transição em uma época que não havia qualquer acompanhamento para a população transexual e preconceito. “Na época não havia como, não se discutia esse tema, era tabu, tudo era visto como homossexualidade”, afirma.

O especialista explica que esconder e ter dificuldade em exhibir o corpo é algo comum à transexualidade. “Essa população não aceita as características do corpo que apresenta. Não querer ser visto, não querer ser tocado.”

Ele também aponta que o gênero de uma pessoa não tem relação com seu sexo biológico. “Quando a pessoa nasce, você reconhece o sexo de nascimento. O gênero – que é o que define a gente como homem ou mulher – você não pode determinar pelo sexo. Isso vai ser um desenvolvimento de



cada pessoa.”

## **Organizações reagem após caso vir à público**

O Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (Ibrat) emitiu uma nota de repúdio ao tratamento dado a Lourival pela reportagem do Fantástico.

“Insistem em se referir ao sr. Lourival como alguém enganador e que necessitava de investigação para descobrir sua ‘real identidade’. A identidade dele já estava confirmada pela família que construiu com sua companheira e pelos filhos que teve”, diz o texto.

Para o instituto, a identidade trans de Lourival foi apagada quando sua morte foi noticiada. “Fortalecer uma investigação descabida à procura da ‘verdadeira identidade’ do sr. Lourival é procurar uma maneira ainda mais violenta e dolorosa de deslegitimar a identidade de gênero dele”, diz a nota.

Após a repercussão negativa nas redes sociais, a TV Globo veiculou, nesta segunda-feira (4) uma [entrevista com o médico psiquiatra](#) Daniel Mori, também do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero do Hospital das Clínicas de São Paulo, que explicou porque Lourival era um homem transgênero. Procurada, a TV Globo não se manifestou até a publicação desta reportagem.

Na noite da última terça-feira (5), a Aliança Nacional LGBTI+ emitiu um comunicado pedindo às autoridades competentes que a identidade de gênero de Lourival seja reconhecida após a sua morte.

“Lourival era um homem. A seu modo, nascido em novembro 1939, afirmou a todos, até mesmo pelos relatos colhidos pela reportagem, ser do gênero masculino. (...) O corpo de Lourival não pode ser instrumento de exposição da curiosidade social”, afirma a nota.

---

# O que a decisão da OMS sobre transexualidade significa para a população trans?

*Não é doença. Fim do estigma e ampliação do acesso à saúde é o que esperam ativistas e especialistas*

**[\(HuffPost Brasil, 23/06/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

“O maior ganho dessa decisão é a nossa dignidade”. É com essa afirmação que o ativista Leonardo Tenório, 28 anos, coordenador da Associação de Homens Trans & Transmasculinidades (AHTM), comemora o anúncio da Organização Mundial da Saúde (OMS) feito no início da semana, [que confirmou a retirada da transexualidade da lista de transtornos mentais da Classificação Internacional de Doenças \(CID\)](#).

Na décima primeira atualização da CID, a OMS reconhece a luta de Tenório e de tantas outras pessoas trans pela despatologização de suas identidades, e deixa de considerar a transexualidade uma doença. Até então ela era classificada como “transtorno de identidade de gênero”, e agora passa a integrar um novo capítulo na CID-11, intitulado “condições relacionadas à saúde sexual”, como “incongruência de gênero”.

*“Precisamos entender que o código internacional de doenças não fala só de doenças, fala de condições de saúde que demandam atenção de profissionais de saúde.”*

[No catálogo](#), a chamada “incongruência de gênero” é entendida como “incongruência acentuada e persistente entre o gênero experimentado pelo indivíduo e àquele atribuído em seu nascimento”. “A lógica é que, enquanto as evidências são claras de que [a transexualidade] não é um transtorno mental, de fato pode causar enorme estigma para as pessoas que são transexuais e, por isso, ainda existem necessidades significativas de cuidados de saúde que podem ser melhores se a condição for codificada sob a CID”, [justifica a OMS em nota publicada no site oficial](#).

A decisão de manter a transexualidade na CID, não mais como uma doença, mas como uma condição relacionada à saúde sexual, é vista como positiva por ativistas e especialistas. Isso porque reforça que a pessoa trans não é doente, mas requer atenção por parte das entidades sanitárias e de profissionais da saúde. “A gravidez também está na CID. E é preciso que esteja para que gere procedimentos médicos. Agora a gente precisa entender a transexualidade como entende a gravidez: uma condição do indivíduo que precisa de acompanhamento médico, nesse caso para os próprios procedimentos de readaptação, como a cirurgia e a hormonioterapia”, explica Pedro Paulo Bicalho, diretor-secretário do Conselho Federal de Psicologia (CFP). “Precisamos entender que o código internacional de doenças não fala só de doenças, fala de condições de saúde que demandam atenção de profissionais de saúde”, completa.

*“Quando a OMS se posiciona, gera um efeito de jurisprudência, que tem uma força política muito grande.”*

Ele explica que a decisão da OMS sobre a transexualidade acompanha os avanços e as compreensões científicas da área, inclusive da própria psicologia. Ele se refere a resolução nº 1 de 2018 do CFP, que, desde janeiro, proíbe psicólogos de tratar a transexualidade e a travestilidade como uma doença e impede os profissionais de praticar qualquer ação que favoreça preconceitos, como terapias de conversão, reversão, readaptação ou reorientação de identidade de gênero.

“Não reconhecemos o caráter patológico da transexualidade assim como afirmamos que a transfobia não é algo possível no exercício da profissão dos psicólogos”, afirma. “Quando a OMS se posiciona, gera um efeito de jurisprudência, que tem uma força política muito grande. A própria resolução do CFP tem maior respaldo”, completa.

A expectativa é que agora o Conselho Federal de Medicina (CFM) também altere a resolução que trata da transexualidade e acompanhe o movimento da OMS pela despatologização. A última atualização da resolução do conselho é de 2010 e ainda define a pessoa trans como portadora de “de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio”. O resolução também

determina que a realização da cirurgia de readequação sexual, oferecida no Sistema Único de Saúde (SUS) desde 2008, só pode ser feita em pacientes diagnosticados por um equipe composta por psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social após um acompanhamento de pelo menos dois anos.

*“Não dá para um homem ou uma mulher trans chegar hoje no serviço de saúde e marcar uma cirurgia amanhã, isso nunca vai acontecer.”*

Tenório espera que a decisão da OMS reduza esse tempo de acompanhamento e dispense o diagnóstico psiquiátrico. “A burocracia de um diagnóstico da nossa identidade trans, que não é uma patologia, é apenas uma forma de ser humano na sociedade, acaba criando uma série de regras que fazem com que a gente não tenha acesso aos procedimentos de saúde”, afirma. Para ele, essas regras não condizem com a experiência da transexualidade na vida real.

“Não dá para um homem ou uma mulher trans chegar hoje no serviço de saúde e marcar uma cirurgia amanhã, isso nunca vai acontecer. Mas a gente também não tem essa incapacidade de em alguns meses ou em menos de dois anos dizer quem a gente é o que a gente quer ter no corpo e o que não quer ter”, explica. “Agora quem vai decidir sobre a gente é a gente mesmo”, completa.

Para Alexandre Saadeh, coordenador do Ambulatório Transdisciplinar de Identidade de Gênero e Orientação Sexual do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP, a decisão da OMS deve qualificar os procedimentos de atenção à saúde de pessoas trans, mas o diagnóstico psiquiátrico deve continuar sendo exigido no processo de readequação sexual mesmo após a atualização da resolução do CFM. “A população transexual busca a medicina para as mudanças corporais e isso só pode ser realizado no sistema público de saúde frente a um diagnóstico, deixando claro que diagnóstico não é sinônimo de doença”, explica.

Em nota, o CFM afirmou que “com a ajuda de técnicos e especialistas, tem se dedicado à análise deste e outros temas de interesse para a medicina e a sociedade”, mas que “até o momento, não há qualquer deliberação sobre

esse assunto específico”.

A espera pela cirurgia de readequação sexual [pode levar mais de 20 anos](#), e apenas uma parcela da população trans com interesse é atendida. “O que a gente espera com a decisão da OMS é que os procedimentos de atenção à saúde de pessoas travestis e transexuais que já existem possam ser potencializados. Promover a saúde dessa população, que não está doente, é algo extremamente necessário”, afirma Bicalho, do CFP.

### **Só o começo**

“É apenas o início de tudo”, afirma Keila Simpson, presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) em [entrevista à Agência Brasil](#). Ela acredita que a decisão traz uma quebra paradigmas e pode abrir espaço para mais transformações que vão dar força para as políticas para diversidade, mas não leva a superação imediata de violências e preconceitos sofridos pelas pessoas trans.

“A transexualidade ainda é reconhecida como uma situação que gera menos acesso a direitos, iniquidades, uma exposição absurda à violência. O Brasil é o país que mais assassina transexuais. Para que o nível de violência contra essa população diminua, não basta o reconhecimento da OMS, mas é necessário que toda a população reconheça que se trata apenas de um variação da forma de se viver o gênero e não há nenhuma patologia em relação a isso”, reforça Bicalho.

*Leda Antunes*

---

# **Mulheres trans poderão ter**

# proteção da Lei Maria da Penha

Seguiu para análise terminativa da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o projeto de lei que estende as proteções previstas na Lei Maria da Penha às transexuais e transgêneros ([PLS 191/2017](#)). A proposta é do senador Jorge Viana (PT-AC) e teve relatório favorável da senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). A CDH também acatou uma sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil para que seja criado o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Com essa decisão, o estatuto passa a ser analisado como projeto de lei de autoria da CDH. A reportagem é da [Rádio Senado](#).

**[\(Senado Notícias, 22/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

[http://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2018/03/0322A09-Mauricio-M\\_Suplicy-PLS\\_CDH\\_Trans-Maria-da-Penha-Andre.mp3](http://assets-institucional-ipg.sfo2.cdn.digitaloceanspaces.com/2018/03/0322A09-Mauricio-M_Suplicy-PLS_CDH_Trans-Maria-da-Penha-Andre.mp3)

---

## A longa luta em favor da pessoa trans, por Julio Abramczyk

*Em 1971, Roberto Farina operou em São Paulo o primeiro transexual e construiu uma neovagina*

**[\(Folha de S.Paulo, 03/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O [STF \(Supremo Tribunal Federal\)](#) decidiu nesta quinta (1<sup>o</sup>) que pessoas transexuais podem mudar de nome e gênero em seus documentos, sem necessidade de cirurgia de mudança de sexo, avaliação médica ou psicológica.

Há 23 anos, no dia 2 de julho de 1995, o médico Roberto Farina, professor de Cirurgia Plástica na EPM/Unifesp, em artigo nesta Folha defendia projeto da

Câmara Federal legalizando a cirurgia de redesignação sexual.

Explicava: a mulher transexual é um indivíduo de alma feminina em corpo masculino. Tem genitália masculina e cérebro feminino. Nem meio ambiente nem educação alteram essa realidade. Ele não se torna transexual, ela já nasce transexual.

Há 47 anos, em 1971, Farina operou em São Paulo o primeiro transexual, com ablação dos órgãos genitais e construção de neovagina. Quatro anos depois, a paciente solicitou retificação em seus documentos que, além de negada, resultou, para a época, em um escândalo.

O procedimento cirúrgico não era previsto em lei e o CFM (Conselho Federal de Medicina) acusou Farina de lesões corporais graves. Foi condenado, em 1978, a dois anos de reclusão em primeira instância, sendo absolvido um ano depois pelo Tribunal de Alçada Criminal.

Roberto Farina morreu em 2001 aos 85 anos. Em sua homenagem foi criado o TransUnifesp - Núcleo de Ensino, Pesquisas, Extensão e Assistência à Pessoa Trans Professor Roberto Farina.

Hoje, a Resolução 1955/2010 do CFM autoriza cirurgias de neovulvoplastia e neofaloplastia.

*Julio Abramczyk é médico, faz parte do corpo clínico do Hospital Santa Catarina. Está na Folha desde 1960*

---

## **Direitos em quadra, editorial do jornal Folha de S.Paulo**

*Caso da jogadora Tiffany Abreu deve ser tratado à luz dos direitos humanos*

**[\(Folha de S.Paulo, 13/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)**

O gênero é uma construção social ou uma realidade biológica? Qual deve ser sua expressão jurídica? Entidades privadas estão obrigadas a aceitar a definição que a Justiça estabelecer para a vida civil? Questões como essas tornam fascinante o [caso Tiffany](#).

Transexual, Tiffany Abreu destaca-se hoje como atacante no voleibol feminino atuando pelo Bauru. Algumas jogadoras se queixam de que ela é mais forte do que a média e questionam se isso não configura vantagem indevida.

Há quem proponha a adoção de limites máximos para casos como esse e mesmo quem fale em sua exclusão da liga feminina.

Já aí começam a emergir algumas respostas às perguntas iniciais. Para além das construções culturais, existem diferenças biológicas reais entre homens e mulheres —mais visíveis na parte física, mas não restritas a ela; ainda que de forma mais sutil, ocorrem também nas esferas cognitiva e comportamental.

Tiffany só iniciou sua transição sexual aos 28 anos. Embora hoje não apresente níveis elevados de hormônios andrógenos, seu corpo, particularmente o sistema muscular e esquelético, se desenvolveu como o de um homem. Ela tem, por isso, força e explosão acima dos padrões das colegas.

É possível, sim, que isso lhe proporcione alguma vantagem, embora não se devam desconsiderar outros motivos para seu sucesso. De todo modo, resta responder se essa eventual vantagem justifica algum controle adicional, dado que as entidades esportivas já estabelecem parâmetros para os níveis hormonais dos atletas.

Em princípio, não. Tiffany, afinal, obteve na Justiça direito de ser considerada mulher. Seria necessária uma razão muito forte para que a decisão judicial, abarcando em tese toda a vida civil, não valesse nas quadras.

Ademais, inexistem sinais de que transexuais venham a invadir as competições femininas, como sugerem as teses mais alarmistas. Por ora, o caso deve ser tratado à luz dos direitos humanos —e com o melhor espírito



esportivo.